

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - CMPD, realizada aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e quatorze, com início às 18:30 horas, na sede da SETRAC – Secretaria de Trabalho e Ações Sociais sito à Avenida Ipiranga, que teve os seguintes temas de pauta: 1- Leitura da ata da reunião anterior. 2- Apresentação da proposta de criação da Associação de familiares e amigos dos usuários do CAPS AD Fênix. 3- Novas proposições e procedimentos do CAPS AD Fênix. Após verificação do quorum foi iniciada a reunião a qual foi presidida pelo Dr. . André Luiz Borges Pombo. Foi feita a leitura da ata da reunião anterior, onde foi solicitado esclarecimento pela conselheira senhora Simone Garcia (CRP), quanto ao horário de funcionamento do CAPS- AD informado na ata até às 21:00 h., uma vez que é de seu conhecimento que este serviço, deve funcionar em horário integral, ou seja nas 24 horas, durante toda a semana. A Conselheira Márcia Medrado, assistente social do referido serviço explicou que o serviço funciona durante as 24 horas, porém este às 21:00 h. encerra os atendimentos externos por não se tratar de serviço de urgência, permanecendo seu funcionamento na assistência aos pacientes acolhidos pela equipe plantonista de técnicos de enfermagem, atendendo às ligações telefônicas, prestando esclarecimentos aos que buscam informações sobre o serviço, posteriormente a ata da reunião ordinária de junho foi aprovada pelos presentes. Em seguida foi lido os expedientes, onde o Fórum da Associação de Moradores, indicou como conselheira suplente, a Sr.^a Lucilene Maria R. Stephano Lins. 2- Apresentação da proposta de criação da Associação de familiares e amigos dos usuários do CAPS AD Fênix. A conselheira Márcia Medrado inicialmente informou sua trajetória profissional, e a experiência em atuar no terceiro turno (noite), acolhendo e atendendo às demandas dos pacientes do citado serviço, inclusive dos encaminhamentos do Fórum de Itaipava, do Juizado Criminal, fruto das ações de repressão policial às drogas. Relatou a adesão dos pacientes ao serviço, face ao acolhimento e amorosidade dispensada a estes, pela equipe, diretriz esta, da Política de Humanização do SUS. Ressaltou a baixa escolaridade de boa parte dos pacientes, prejudicando assim outras inserções, e que foi adquirido um sling line, a partir da confecção de camisas estampadas com o símbolo do serviço, que

Brand

Lucilene

M

André

P

mmv

Simone

Marcia

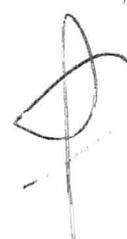
foram vendidas a vinte reais. Que buscou voluntários na Faculdade Estácio de Sá, da área de educação física, para orientar os pacientes, para esta prática, tão comum entre os jovens. Que procurou a Assessoria Jurídica da Fundação de Saúde para lhe orientar como poderiam ser utilizados os recursos financeiros advindos das camisas e de outras doações como computadores, e a prestação de contas destes, onde foi sugerida, a criação de uma associação a princípio de pacientes, familiares e profissionais do CAPS-AD. Informou também que esteve reunida com a SETRAC, para discutir sobre o PRONATEC, na busca da profissionalização dos jovens adultos e adolescentes que são acompanhados pelo CAPS-AD. Acrescentou sobre a ideia de se criar um dispositivo, cooperativa viabilizando arranjos produtivos, em prol da geração de renda para os pacientes. Informou o agendamento prévio de uma assembleia no dia 27 próximo para estabelecer ou não a criação da citada associação, haja vista já dispor de uma minuta de estatuto elaborada pela assessoria jurídica. As conselheiras Marise (CAPS –Infantil) e Margarida (CR Medicina) dentre outros parabenizaram a iniciativa, exemplificando a APPO (pacientes oncológicos) como uma experiência exitosa. A Dr.^a Claudia coordenadora do CAPS-AD, informou não ter tido acesso a minuta do estatuto de criação da associação, por ter assumido recentemente o serviço, necessitando de uma melhor análise da proposta. A Sr.^a Márcia informou que o proposto foi discutido com o Coordenador de Saúde Mental Dr. Rui Stockinger assim como, a apresentação ao mesmo da minuta do estatuto de criação. O pastor Sérgio, perguntou como se daria a inserção dos funcionários na associação e como seria o funcionamento desta. Foi respondido que a intenção é de dar autonomia e agilidade para algumas questões necessárias aos pacientes e dar transparência a tomada de decisão. Pastor Adilson do Projeto Sal da Terra perguntou se a associação funcionaria no espaço do CAPS-AD. Face às dúvidas existentes e a necessidade de apreciação do proposto, pelo Secretário de Saúde e pela nova Coordenadora do citado serviço, o projeto não foi levado à votação, aguardando retorno.

3- Novas proposições e procedimentos do CAPS AD Fênix -
A Dr.^a Claudia informou que assumiu a coordenação do citado serviço substituindo a também psicóloga Dr.^a Cristina Kloh, comunicou aos presentes algumas

Renand



mmg



alterações quanto aos atendimentos do CAPS-AD, onde a avaliação inicial do paciente será realizada por psicólogos, que definirá o encaminhamento deste para a equipe multiprofissional, lotada no serviço e o estabelecimento do plano terapêutico. Acrescentou que foram implantados novas modalidades de atendimento em grupos de: motivação, prevenção de recaídas, relacionamento de atividades pessoais e de psicoeducação sobre a dependência química e comportamento, como mais ferramentas assistenciais. Que acredita que este incremento trará melhores resultados no tratamento e recuperação de vínculos e mudanças de vidas. Encerrados os pontos de pauta o presidente perguntou sobre os trabalhos da comissão designada para revisão do regimento do funcionamento do conselho. Estava presente na reunião apenas a Sr.^a Neuci da citada comissão. Decidiu-se contatar os demais integrantes da mesma para se reunirem e apresentarem a minuta na próxima reunião. Foi informado que o Sr. Francisco Bressy, esta substituindo a Sr.^a Cristina Klhô e que este havia encaminhado algumas sugestões para regimento. Pastor Sérgio sugeriu a elaboração de um "caderno prático" com itens do regimento. Outra proposta é a de se acrescentar como atribuição do conselho a fiscalização das clínicas que vêm prestando algum tipo de serviço na área, por entender que o tratamento de dependentes químicos, "não pode ser reduzido a orações e trabalho" a denominada "laboraterapia", e deve ser realizado por profissionais especializados e capacitados. A conselheira Simone (CRP) se propôs a orientar os conselheiros quanto ao seu papel social e atribuições. A conselheira Nelcir afirmou que as clínicas de dependentes químicos virou um bom negócio, onde em algumas destas, os familiares tem de levar roupas de cama e banho além de material de higiene pessoal e de limpeza, entendendo que compete ao conselho fiscalizar estas clínicas. Dr.^a Margarida questionou a legalidade das clínicas e o Pastor Sérgio disse que algumas destas são legalizadas, porém não dispõem de equipe técnica. A conselheira Claudia da Mitra informou que as comunidades terapêuticas não são obrigadas a dispor de equipe técnica. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 20:00 horas



Brand



mmg

